



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2024 - ANO CVIII - Nº 23.898

DIVERSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

CNPJ 15.257.819/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos	03 a	1.224	373	Fornecedores	11	6.101,771	4.568,822
Aplicações financeiras	03 b	9.625,948	13.470,389	Adiantamentos de clientes		114,579	139,324
Contas a receber de clientes	04	35.783,938	33.115,253	Obrigações sociais e trabalhistas	12	3.211,486	3.219,156
Estoque	05	3.981,566	4.806,297	Obrigações tributárias	13	3.110,990	2.583,048
Tributos a recuperar	06	3.921,129	111,658	Imposto de renda e contribuição social a pagar		3,550	90,570
Adiantamentos diversos		320,777	388,973	Outras contas a pagar		716,275	395,144
Outras contas a receber	07	379,470	686,180	Contas a pagar - Aquisição de Imóvel	14	3.177,783	3.177,783
Custos a apropriar	08	5.195,118	3.629,831				
Despesas antecipadas		143,003	105,147				
Total do circulante		59.356,173	56.314,201	Total do circulante		16.436,434	14.173,847
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	16	481,580	268,000
Depósitos judiciais	09	2.054,454	2.260,624				
		2.054,454	2.260,624	Total do não circulante		481,580	268,000
Investimentos		121,000	121,000	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	17.640,839	18.329,658	Capital social	17	44,726,598	44,726,598
Intangível		10,034	10,034	Reserva de lucros		17,537,888	17,867,072
Total do não circulante		19.826,327	20.721,316	Total do patrimônio líquido		62.264,486	62.593,670
-							
TOTAL DO ATIVO		79.182,500	77.035,517	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.182,500	77.035,517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais, excluídos os centavos)

	2023	2022
(Prejuízo) Lucro do exercício	(329.184)	1.023.382
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	(329.184)	1.023.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais, excluídos os centavos)

	2023	2022
Receitas		
Receitas de prestação de serviços, líquidas	125.056.569	101.316.780
Outras receitas	808.475	746.994
Contas a receber - perda efetiva	(384,248)	(146,241)
125.480.796	101.917.533	
Insumos adquiridos de terceiros		
Matéria-Prima consumida	(3.863,766)	(3.261,639)
Serviços prestados por terceiros	(50.857,680)	(41.430,488)
Materiais, energia e outros	(14.546,606)	(11.144,254)
(69.268,052)	(55.836,381)	

Valor adicionado bruto	56.212.744	46.081.152
Depreciação	(1.353,900)	(1.483,910)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	54.858.844	44.597.242

Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	797.441	1.158.650
	797.441	1.158.650
Valor adicionado total a distribuir	55.656.285	45.755.892

		%		%
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	23,102,537	41,51	20,266,911	44,29
Governo	21,122,072	37,95	17,156,966	37,50
Financiadores	11,760,860	21,13	7,308,633	15,97
Acionistas - (Absorção de prejuízos)				
Retenção de Lucro	(329,184)	(0,59)	1,023,382	2,24
Valor adicionado total distribuído	55.656.285	100,00	45.755.892	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, excluídos os centavos)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Gráfica da Bahia é uma empresa pública vinculada à Secretaria da Casa Civil, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e capital exclusivo do Estado regida pela Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/97 e pela Lei nº 11.638/07, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.

Tem como finalidade principal publicar os atos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, executar serviços gráficos, de microfilmagem e outras atividades correlatas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Contas a receber

Estão registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal.

b) Perda efetiva de clientes

Constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de contas a receber de clientes privados, de acordo com as expectativas da Administração.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados aos custos médios das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 10.

e) Demais passivos circulantes



GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

CNPJ 15.257.819/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA, AGO E TRABALHO

São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas,
f) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS, são calculados segundo as normas e critérios estabelecidos pela legislação fiscal, conforme nota explicativa nº 15 e são contabilizados pelo regime de competência,

g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência,

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, despesas e custos. Os principais valores estimados são: depreciação, amortização e provisão para contingências.

3 – DISPONIBILIDADES

a) – Caixa e bancos

Os saldos destas contas, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	1,224	373
	1,224	373

b) – Aplicações financeiras

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	9,625,948	13,470,389
	9,625,948	13,470,389

Aplicações financeiras efetuadas no Banco do Brasil em títulos de renda fixa – CDB/ID SWAP Público Absoluto, BB Simples Solidéz Absoluto e Absoluto Cartão Corporativo.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022
Órgãos do Poder Executivo	34,568,002	31,450,477
Prefeituras Municipais	1,672,350	1,687,498
Clientes Particulares	111,902	157,770
Órgãos do Poder Judiciário	71,866	511,547
Órgãos do Poder Legislativo	405,338	203,651
Outros	12,084	6,250
	36,841,522	33,999,193
(-) Perda efetiva de clientes	(1,057,584)	(883,940)
	35,783,938	33,115,253

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

Contas a receber por idade de vencimento	2023	2022
A vencer	17,595,007	12,596,375
Vencidos até 365 dias	9,046,596	10,246,651
Vencidos há mais de um ano	10,199,919	11,154,167
	36,841,522	33,999,193

5 – ESTOQUES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022
Matéria prima	2,636,809	3,200,147
Material de consumo	356,008	261,500
Material de manutenção de máquinas e equipamentos	902,683	1,019,513
Outros materiais	86,086	125,137
	3,981,566	4,606,297

6 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
Saldo negativo de IRPJ	3,903,302	100,638
Saldo negativo de CSLL	10,120	-
Outros tributos	7,707	11,020
No ativo circulante	3,921,129	111,658

Saldo negativo do IRPJ

Com a publicação da IN RFB nº 2.145, em 27 de junho de 2023, os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações passaram a ser obrigados, a partir desta data, a proceder a retenção do imposto de renda incidente sobre todos os pagamentos a pessoas jurídicas, tanto para prestação de serviços como pelo fornecimento de produtos. No exercício de 2023, o valor do imposto de renda retido pelos Estados e Município montou a R\$ 3,786,299.

Os respectivos valores serão atualizados pela SELIC e compensados com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022
Depósito e caução	120,621	451,086
Convênio de pessoal à disposição	203,395	178,941
Visanet S.A.	53,734	54,717
Outras contas a receber	1,720	1,536
	379,470	686,180

8 – CUSTOS A APROPRIAR

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022
Direito uso software	4,858,669	3,512,124
Certificação digital	340,449	317,807
	5,199,118	3,829,931

Direito uso software

Referem-se aos gastos efetuados para aquisição do direito de uso de software não classificados como Ativo Intangível. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício na proporção de 1/60 avos.

Certificação digital

Referem-se às aquisições de certificações para execução de serviços técnicos especializados e continuados para credenciamento e operacionalização de Autoridade Certificadora, dos seguintes tipos: e-CPF: A1 e A3, e-CNPJ A1 e A3, e-Equipamento Servidor A1, CerJUS Institucional, CerJUS Poder Público e CAA - Certificado de atributos vinculados ao Certificado Digital. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício a medida em que os certificados são repassados ao público em geral.

9 – DEPÓSITOS / BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de algumas reclamações trabalhistas, tendo sido efetuado, ao longo do tempo, depósitos judiciais no montante de R\$ 2,054,454 (em 2022, R\$ 2,260,624). Em caso de decisão desfavorável à Empresa quando do desfecho final dos processos em andamento, os depósitos a eles vinculados serão repassados à parte vencedora, como liquidação do valor do débito. Caso estes sejam maiores do que os valores dos depósitos, a Empresa complementar o pagamento.

	2023		2022	
	Adições	Baixas	Saldo	Saldo
Depósitos e Bloqueios Judiciais	379,416	(585,586)	2,054,454	2,260,624
	379,416	(585,586)	2,054,454	2,260,624

10 – IMOBILIZADO

		2023		2022	
	Taxa de Depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	6.127,348	-	6.127,348	6.127,348
Edificações e benfeitorias	4	15.532,580	7.350,321	8.182,259	8.683,177
Máquinas e equipamentos	10	22.779,509	22.475,240	304,269	310,719
Veículos	20	151,070	151,070	-	-
Móveis e utensílios	10	10.002,899	8.395,195	1.607,704	1.796,342
Instalações	10	1.372,239	1.116,628	255,411	320,501
Computadores e periféricos	20	3.481,267	2.622,902	858,465	837,921
Aparelhos de telecomunicações	10	6,630	6,724	106	216
Imóveis em construção	-	179,022	-	179,022	179,022
Outros	-	271,122	144,867	126,255	71,413
Total do imobilizado		59.903,886	42.263,147	17.640,839	18.329,658

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 montou a R\$ 1,353,900 (em 2022, R\$ 1,483,910), sendo apropriada R\$ 410,535 (em 2022, R\$ 601,162) ao custo dos serviços prestados e R\$ 943,365 (em 2022, R\$ 882,748), como despesa operacional.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, as empresas devem verificar, anualmente, se há indícios de perda de recuperabilidade. Caso aconteça, as empresas devem avaliar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da EGBA entende que não há necessidade de constituição de provisão para perdas do valor recuperável impairment dos bens integrantes do ativo imobilizado.

11 – FORNECEDORES

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Fornecedores de serviços	5,532,492	3,490,261
Fornecedores de materiais	569,279	1,078,561
	6,101,771	4,568,822

12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Férias a pagar	1,531,717	1,425,244
Encargos sociais sobre provisões trabalhistas	543,671	588,062
INSS	560,216	462,963
INSS - retido na fonte	536,438	451,872
Consignações retidas	-	146,156
FGTS	-	104,396
SESI / SENAI	39,444	31,778
Outros	-	8,685
	3,211,486	3,219,156

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022
ISS sobre faturamento	883,550	883,550
IRRF	499,595	377,044
COFINS	569,479	569,376
PIS/COFINS/CSLL – retidos na fonte	486,723	419,239
ISS - retido na fonte	226,224	185,518
PASEP	123,480	123,299
Outros	321,939	25,022
	3,110,990	2,583,048

14 – CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

A EGBA adquiriu um imóvel localizado na Avenida Barros Reis nº 761, Retiro, Salvador/Bahia, com 12,769,27m2, em 28 de maio de 2018, da Empresa Bahiana de Alimentos S.A. – EBAL, devidamente inscrito no cadastro de inscrição imobiliário de Salvador. O valor da compra foi de R\$ 8,410,000, sendo pago R\$ 5,232,217 no ato da assinatura do contrato e R\$ 3,177,783 a ser pago após a conclusão da regularização do referido imóvel.

15 – IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS E COFINS

A Empresa vem apurando o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real.

As alíquotas do Imposto de Renda, Contribuição Social, utilizadas sobre as bases de cálculo são de 25%, 9%, o PIS e a COFINS receita cumulativa (0,65% e 3%), não-cumulativa (1,65% e 7,60%) e sobre receitas financeiras (0,65% e 4%) respectivamente.

16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Empresa possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2023, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

Natureza	Expectativa de perda		
	Provável	Possível	Remota
Trabalhistas	481,580	1,346,000	82,000
	481,580	1,346,000	82,000

A EGBA constituiu provisão para perdas prováveis referentes a reclamações trabalhistas. O valor provisionado até 31 de dezembro de 2023 montava a R\$ 481,580 (em 2022, R\$ 268,000).

	Provisão	Baixas / reversões	Saldo	Saldo
Contingências trabalhistas	302,218	(88,638)	481,580	268,000
	302,218	(88,638)	481,580	268,000

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários da Empresa dos últimos cinco anos e trinta anos para fins de FGTS, encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. A Administração da EGBA é de opinião que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam valores significativos.

17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da EGBA, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no valor de R\$ 44,726,598 é integralizado pelos bens imóveis, móveis e direitos e valores de suas propriedades e por reserva de reavaliação, incorporada a seu capital, conforme dispositivos legais pertinentes,

b) Retenção de lucros

O lucro líquido apurado no balanço patrimonial de cada exercício social é distribuído ao Estado da Bahia, incorporado ao capital social da EGBA ou mantido em reserva de retenção de lucros, conforme deliberação do Conselho de Administração.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos respectivos valores de mercado. Não é prática da Empresa operar com derivativos.

(CONTINUA)



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA
CNPJ 15.257.819/0001-06
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



19 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Investimentos - Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB

Em 23 de maio de 2013, através do termo de transferência de ações, a Empresa Salvador Turismo SA – SALTUR, transferiu para Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, sem ônus, as ações ordinárias nominativas, representativas de 0,87% do capital social da Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 8.411 de 14 de maio de 2013. O valor correspondente às ações transferidas para EGBA, em 23 de maio de 2013, montava a R\$ 1,410,840 (Integralizadas R\$ 121,000 e a integralizar R\$ 1,289,840), tendo sido contabilizado a parcela integralizada a débito da conta de investimentos e a crédito de outras receitas – Doações, no Resultado do Exercício de 2013.

b) Seguros

A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores de cobertura das apólices vigentes eram os seguintes:

Cobertura	Montante Segurado - R\$	
	2023	2022
Incêndio, explosão, fumaça e queda de árvore	33,000,000	33,000,000
Danos elétricos	300,000	300,000

Tumulto, greve e lock-out	50,000	50,000
Responsabilidade civil	350,000	350,000
Equipamentos estacionários	2,000,000	2,000,000
Desmoroamento	300,000	300,000
Vazamentos	400,000	400,000
Danos morais	200,000	200,000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	200,000	200,000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA
Salvador-Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como informação suplementar, cuja apresentação é requerida, obrigatoriamente, como parte integrante das demonstrações contábeis apenas para companhias de capital aberto, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança
pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações
contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

(f) Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desenvolvimento de auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que podem afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 02 de abril de 2024.

IGF AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S CRC/BA - Nº
004178/O-2
CVM – 9.318

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cumprindo suas atribuições estatutárias e tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, elaborados pela Audicont Auditores e Consultores e auditados pela IGF- Auditores e Consultores Independentes S/S, entendem que as referidas demonstrações contábeis retratam adequadamente a posição da empresa em 31 de dezembro de 2023, opinando favoravelmente pela sua aprovação e concordando que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Empresa Gráfica da Bahia - EGBA e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Salvador, 15 de abril de 2024

Lanns Alves de Almeida Filho

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

Matteus Guimarães Martins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Palma de Mello
André Nascimento Curvello
Edelvino da Silva Góes Filho
Adolpho Henrique Almeida Loyola
Robson Santos de Araújo

DIRETORIA

Robson Santos de Araújo
Diretor Geral

André Marter Primo
Diretor Técnico

Audicont - Auditores e Consultores
CRC (BA) 0568

Joabson Nascimento Queiroz
Gerente Contábil e Financeiro
CRC (BA) 039407/O-3

Edson Oliveira dos Santos
Chefe da Seção de Contabilidade e Custos
CRC (BA) 10.229